

Feminismo em marcha para mudar o mundo

Nalu Faria

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento internacional atualmente organizado com Coordenações Nacionais em 62 países e territórios e com grupos de contacto em outros 90 países. A inspiração para sua criação partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros pedindo, simbolicamente, "Pão e Rosas". A motivação dessa Marcha foi a avaliação de que o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) estava significando mais empobrecimento entre as mulheres e, ao mesmo tempo, que em mundo globalizado se deveria construir uma resistência mundial. Assim, a Marcha propôs a construção de uma mobilização global de mulheres com uma agenda própria e independente da lógica das Nações Unidas, hegemônica nos anos 1990. A preocupação era justamente como construir uma resposta a partir do movimento para a ofensiva conservadora que se estabeleceu com as vitórias do neoliberalismo, no momento em que patriarcado e o capitalismo se reforçavam mutuamente.

A MMM pelas suas Ações Internacionais

Um elemento determinante na metodologia e construção da Marcha é a organização das ações internacionais a cada cinco anos, nas quais são definidos objetivos, formatos e simbologias comuns. A preparação das ações internacionais marcou processos de sínteses da plataforma da MMM.

2000 Razões para Marchar contra a pobreza e a violência sexista

A primeira ação internacional, em 2000, foi caracterizada como um chamado de longo alcance, um passo no sentido da construção da MMM como um movimento internacional, o momento de apresentação de sua proposta e de busca de adesão. Ela mobilizou milhares de grupos de mulheres em mais de 150 países e territórios em atividades de educação popular e manifestações públicas de apoio às 17 reivindicações mundiais. As 5 milhões de assinaturas coletadas em apoio a essas reivindicações foram entregues às Nações Unidas em 17 de Outubro de 2000, enquanto que mais de 10 mil mulheres de 80 países marcharam pelas ruas de Nova York e simultaneamente eram realizadas manifestações em 40 países. Um dia antes uma delegação da MMM denunciou, frente aos dirigentes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, as políticas de ajuste estrutural e seus efeitos devastadores sobre a vida das mulheres.

2005 - Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo

Em 2005, elaboramos a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade após um amplo debate e construção coletiva de uma posição comum entre mulheres, com diferentes experiências e culturas políticas. Essa se deu em torno de cinco valores: liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz. Em 8 de março de 2005, durante uma passeata com a participação de 30 mil mulheres em São Paulo, Brasil, a Carta iniciou sua viagem ao redor do mundo. Até 17 de outubro de 2005, a Carta passou por 53 países e territórios. Nestes países, as Coordenações Nacionais expressaram em um retalho de tecido seu olhar sobre o mundo que queremos - e já estamos construindo - com base nesses valores. Estes retalhos foram sendo costurados em uma Colcha da Solidariedade, que foi concluída na última parada em Ouagadougou, Burkina Faso, considerado um dos países mais pobres do mundo. Enquanto isso, ações foram realizadas ao meio-dia do 17 de outubro em cada meridiano, em uma vigília de 24 horas de Solidariedade Feminista. A "onda" começou nas ilhas do Pacífico (Nova Caledônia, Samoa e outras), foi para a Ásia, Oriente Médio, África e Europa simultaneamente; e terminou nas Américas.

2010 - Seguiremos em Marcha até que todas sejamos livres

A terceira ação, em 2010, teve o sentido de afirmação das alternativas com a proposta de uma marcha de 10 dias em torno de quatro campos de ação - Trabalho e autonomia econômica das Mulheres; Violência; Bens Comuns e Serviços Públicos; Paz e Desmilitarização. O lema da ação foi “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres” e ela se organizou em torno de três focos: expressar demandas nacionais por meio de marchas e/ou caravanas; marcar o 100º aniversário da declaração do Dia Internacional da Mulher, através da recuperação da história de mulheres lutadoras; ampliar a voz das mulheres que sofrem violência em situações de conflito armado e apoiá-las em seus esforços para expor as causas e encontrar soluções para superá-las.

A grande contribuição da terceira ação internacional foi convidar todos 75 países participantes, não apenas aqueles que estão em situação de conflito aberto, a refletir sobre a militarização da vida cotidiana e sua relação com o modelo capitalista e patriarcal. Esta temática esteve presente na ação regional Européia que aconteceu na Turquia, especialmente pela contribuição das mulheres dos Balcãs e das curdas. Também organizou a ação regional na Ásia, nas Filipinas, e a ação das Américas, na Colômbia, onde ocorreram mobilizações frente às bases militares dos Estados Unidos. Na Colômbia e na República Democrática do Congo foram organizadas missões internacionais em comunidades afetadas pelo conflito. O ato de encerramento da ação em Bukavu, na República Democrática do Congo, foi uma experiência única da diplomacia popular e da solidariedade internacional. Dez anos após a entrega das 17 demandas internacionais na ONU, o propósito foi questionar esta instituição no território em conflito e lembrar que os direitos das mulheres inscritos em convenções, tratados e resoluções só fazem sentido quando são reais para todas as mulheres do mundo.

Além das ações a cada cinco anos, o sentimento de pertencimento à MMM em âmbito internacional se fortalece na solidariedade com a resistência que as mulheres realizam continuamente em suas comunidades, especialmente contra as situações de criminalização das lutas sociais que muitas de nossas companheiras vivenciam. Outro fator de construção permanente de nossa identidade comum é o nosso trabalho em aliança com outros movimentos sociais. Estamos na luta por soberania alimentar, justiça ambiental e combatemos a violência contra as mulheres no campo, junto com a Via Campesina e Amigos da Terra Internacional. Construímos a Assembléia dos Movimentos Sociais e sua agenda comum de mobilizações como parte do processo Fórum Social Mundial.

Os grupos de base participantes na MMM são diversos e têm suas próprias dinâmicas. Também por isso, a comunicação tem um sentido estratégico para nós. Nestes anos de história a MMM estabeleceu diálogos entre mulheres ativistas que falam idiomas diferentes, são de diferentes gerações e etnias, partem de diversas culturas políticas e experiências de sexualidade. Nos esforçamos para escrever nossa história, nossa análise de contexto com nossas próprias palavras, usando nossas categorias de pensamento reagindo à concentração da mídia na mão de poucos, que impõem a sua ideologia como de fossem fatos relatados com neutralidade.

A MMM na América Latina

Na América Latina, a MMM trouxe um debate crítico às causas estruturais da pobreza e também a possibilidade de construir um posicionamento e uma articulação das mulheres em relação à questão da economia. O Brasil deu uma contribuição importante nesse processo ao construir uma abordagem que permitiu relacionar a questão da globalização com o cotidiano nas mulheres, inclusive das jovens. Esse questionamento global do modelo vigente fez retomar o debate de classe e consolidou, mais que uma crítica à globalização neoliberal, uma crítica anticapitalista, que ao mesmo tempo analisa a imbricação entre capitalismo e patriarcado. Na MMM foi estratégico construir ações

e o discurso crítico à mercantilização do corpo e à profunda extensão da sociedade de mercado na globalização.

Em vários setores do movimento de mulheres foi tratado como um paradoxo que, enquanto se avançava na formalização de direitos, tenha havido retrocesso nas condições econômicas e outras conquistas anteriores, como em políticas sociais. Na busca por construir uma análise abrangente do que realmente acontecia, construímos uma abordagem que explicitou que, enquanto se reconheciam os direitos das mulheres nas conferências da ONU, o mercado reorganizava a vida das mulheres. Além disso, incorporamos a formulação de Danièle Kergoat sobre o fato de que a globalização criou uma dualidade entre as mulheres. Daniele afirma que, pela primeira vez na história do capitalismo, algumas mulheres tiveram acesso ao capital por elas mesmas e não em função de suas relações de parentesco e herança como filhas, esposas, amantes. Mas isso se deu em um momento que, para a grande maioria, significou ter trabalho precário e sem direitos, assim como mais sobrecarga com trabalho doméstico e de cuidados sob a diminuição dos direitos sociais no neoliberalismo.

Com essa abordagem a MMM seguiu enfocando a questão da violência patriarcal como parte dos mecanismos de dominação sobre as mulheres. Da mesma forma desenvolveu a luta pela legalização do aborto centrando na autonomia das mulheres e organizando debates, ações de rua, como colagens de lambe-lambe e outras.

A crítica à mercantilização dos corpos e da vida das mulheres possibilitou a reflexão sobre as conexões entre globalização, empresas transnacionais e o controle sobre o trabalho, os corpos e os territórios. Por exemplo, as mesmas transnacionais que atuam em tecnologias baseadas no controle do corpo e da reprodução também atuam na produção de sementes transgênicas. Da mesma forma, há a conexão entre incremento da militarização e controle dos territórios e bens naturais e a violência contra as mulheres e sua utilização como despojos de guerra.

Baseada nessa visão, a MMM coloca como central a necessidade de mudanças globais no modelo que se expressa no lema: mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, na compreensão de que a igualdade ou será para todas as mulheres ou não será. Ou seja, a visão de que nos marcos do capitalismo até podem haver avanços em alguns direitos e alterar a posição de algumas poucas mulheres, mas não a de todas.

Outro elemento fundamental foi ter recolocado o conceito de patriarcado em um contexto em que o movimento de mulheres estava sob a hegemonia da banalização do conceito de gênero, em meio a um processo de institucionalização e de perda de radicalidade. Isso contribuiu para colocar ênfase na dimensão da opressão das mulheres. Há o reconhecimento de que o capitalismo incorporou a dominação patriarcal como estruturante de seu modelo econômico e de suas práticas; tem como base a divisão sexual do trabalho; o controle sobre o corpo das mulheres; a imposição da família patriarcal e da heteronormatividade da sexualidade como modelos. Assim como incorporou o racismo e utiliza essa dimensão inclusive para organizar uma hierarquia e desigualdade entre as mulheres, mesmo no interior da classe trabalhadora.

A partir desta compreensão política, a MMM fundamenta suas análises na economia feminista. Assim, apresenta o debate de que a economia vai além da dimensão mercantil e monetária, e de que o trabalho vai além do emprego, colocando a necessidade de reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no trabalho doméstico, de cuidados, para o autoconsumo. Dessa forma, coloca a necessidade de reconceituação do que é "economia" e do que é "trabalho" e questiona esse paradigma centrado no mercado. E a reconceituação significa incorporar as práticas, os conhecimentos e as experiências das mulheres em tudo que historicamente foi construído.

Hoje, na América Latina, está presente o debate do reconhecimento dos direitos da natureza, toda a questão da Pachamama, principalmente pelos povos indígenas, na Bolívia e no Equador. Nesse debate, há ainda uma fronteira tênue com uma visão essencialista de identificação da natureza com as mulheres, em função da maternidade. Hoje, a recuperação da questão de construirmos uma relação harmoniosa com a natureza significa confrontar o capitalismo patriarcal, racista, e que

destrói o meio ambiente. Ou seja, reconhecer que os impactos sobre a natureza não são externos ao modelo econômico, assim como o trabalho doméstico e de cuidados também não é.

Nesse sentido, há uma concordância com a análise feita por feministas ecologistas de que o tempo e o trabalho das mulheres, tal como a natureza, são, por esse modelo, tidos como recursos inesgotáveis. Historicamente, as mulheres foram identificadas com a natureza e isso gerou muita desvalorização, sobretudo porque os homens foram identificados com a cultura. O debate é justamente avançar na crítica ao androcentrismo desse modelo, mas também ao antropocentrismo.

As mulheres estão envolvidas em experiências concretas de construção de alternativas, como é o exemplo da agroecologia. Elas estão participando dos espaços de formação, reuniões, trocas de experiências e saberes. E, pela primeira vez, elas enxergam o seu trabalho valorizado. Mas, esse é um processo contra-hegemônico e, portanto, de outra relação com o tempo, contraposta a visão do capitalismo e sua voracidade pelo lucro. Na agroecologia se considera o tempo de regeneração da terra. Isso exige um forte reconhecimento por parte do Estado e o desenvolvimento de políticas públicas para a agroecologia, tendo como ponto central a necessidade de uma reforma agrária integral.

Outro tema fundamental é o trabalho doméstico e de cuidados, que em geral é complexo de abordar, mesmo dentro do movimento feminista. Na MMM há um esforço não só para incorporar esse tema em nossas análises, nas plataformas, como também para discutir nas atividades de formação e no cotidiano dos grupos. Mas a questão da divisão do trabalho em casa, quando as mulheres são casadas e com filhos, é complexa. Em uma tentativa de ir além dos panfletos e análises, a MMM incorporou as palavras de ordem referentes ao tema em sua batucada. Por volta do ano de 2003, em uma ação da Marcha, quando eram gritadas as palavras de ordem contra a violência, não havia reação dos homens nas ruas. Mas quando gritávamos "João, João, cozinha seu feijão!" ou "José, José, cozinha se quiser!", eles reagiam criticando.

Lutas e processos de alianças

A MMM afirma que atua a partir de dois princípios: auto-organização das mulheres e construção de alianças. A MMM se envolveu com todo o processo de luta contra o livre-comércio, da construção do movimento por outra mundialização. Entre as ações e mobilizações, um eixo estruturador foi a luta contra o livre-comércio.

A luta contra a Alca e a Organização Mundial do Comércio (OMC) marcou toda nossa presença na América Latina e foi fundamental para a recomposição de um campo de esquerda na região e, em particular, no movimento de mulheres. Saímos de um debate sobre os impactos positivos e negativos da globalização e de uma possível Alca para uma visão anti-sistêmica e de crítica global ao modelo, ao mesmo tempo em que recuperamos a mobilização e a luta social como nossas principais ferramentas.

O processo do Fórum Social Mundial também foi fundamental. A MMM afirmou a importância de que os movimentos organizassem dentro do Fórum um espaço de articulação que pudesse ir além e organizar ações conjuntas. Assim, se conformou a Assembleia dos Movimentos Sociais.

Mulheres em movimento mudam o mundo

Na Marcha, tanto em nível internacional como no Brasil, o reconhecimento da diversidade e diferenças entre nós busca evitar que as lutas das mulheres e a desigualdade de gênero sejam tratadas apenas como uma questão de identidade. Reconhecemos a diversidade das mulheres e buscamos construir ações comuns que possam combater globalmente a ordem atual de dominação e opressão, em um claro projeto político de mudança. Aprendemos, a partir da experiência cotidiana, a envolver um grande número de mulheres que chegam com suas histórias de vida e militância, demos conta de

promover uma interação e aprendizagem mútua e, a partir disso, construir novas sínteses e novos pontos de partida na busca de uma utopia conjunta, no que queremos vir a ser.

Um valor forte na MMM é a construção de consensos a partir de realidades muito diferentes, tanto econômicas quanto culturais, mas também de processos do movimento de mulheres no país. Um ponto de partida fundamental para isso é a visão comum sobre a necessidade de mudanças estruturais na sociedade e nas relações sociais para que se possa construir igualdade para as mulheres. Há uma profunda compreensão de que a igualdade só se dará se alcançar o conjunto das mulheres. Isso remete não só à incorporação da dimensão de classe, mas também às outras formas de opressão e discriminação com que vivem as mulheres, como é a questão da opressão racial, da sexualidade e de geração.

Nossa ação se baseia no reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos. É a partir de um forte movimento de base, popular, do campo e da cidade que poderemos construir uma prática feminista que contamine e impulse alianças com outros setores envolvidos na luta por mudanças. É a partir de ações coletivas que nós mulheres teremos vigor para revolucionar a sociedade e construir novas relações sociais e a superação de todos os mecanismos de manutenção da opressão. Para a MMM, a construção de uma força própria das mulheres é fundamental inclusive para a articulação das alianças necessárias com outros movimentos e organizações.

A experiência feminista é de construção de uma nova identidade coletiva das mulheres e de seu reconhecimento como sujeitos. Nisso se inclui forjar uma nova subjetividade, de desmercantilização da sexualidade e de autonomia como base para esse reconhecimento como sujeitos. E é como parte dessa visão que o feminismo se posiciona sobre a necessidade de coerência entre vida privada e pública e de construção de novas relações. Não se pode aceitar de maneira acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e nossa vida pessoal, nosso cotidiano.

Nesse sentido, faz parte da estratégia da Marcha ações com muita criatividade que partem da experiência concreta e do conhecimento das mulheres. É fundamental a utilização de outras formas de expressão, para além da linguagem verbal. A combinação das práticas de educação popular e as dos grupos de reflexão feminista são a base para o trabalho da MMM, que é parte da contribuição do feminismo à construção de práticas emancipatórias, à conscientização da opressão e de como esta se concretiza no corpo, na identidade, na autopercepção. Assim como atuamos para o reconhecimento do valor de cada uma, inclusive como base para o amor próprio e a autonomia pessoal.

Nessa trajetória, a solidariedade como valor e como prática é central. Os mecanismos de opressão seguem vigentes em todas as sociedades, mesmo que haja diferenças culturais, econômicas e sociais, e alguns direitos conquistados, em alguns países mais que em outros. Mas os mecanismos de desigualdade e hierarquização continuam sendo a base constitutiva da sociedade. Por isso, não só a globalização de nossas lutas, mas também a construção de uma força mundial, com ações enraizadas em cada local, poderão ser capazes de garantir um processo emancipatório irreversível. Isso se traduz em cada grupo da Marcha, que se tornam mais fortes ao saber que mulheres estão na mesma luta em muitos países.

Queremos construir um projeto comum em que nós aprendamos com outras lutas e ampliemos nossa agenda, mas que também imprima a marca feminista para que a luta anti-patriarcal seja de todas e todos.

Bibliografia

CARRASCO, Cristina. Economia Feminista: una apuesta por outra Economia. In: VARA, Maria Jesus (coord). *Estudios sobre género y economía*. Ec Akal, Madrid. 2006.

FARIA, Nalu. Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista. In *Gênero e Sexualidade*. Cadernos Sempreviva. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 1998.

FARIA, Nalu. Feminismo e transformação social. In: SOF. Caderno Perspectivas Feministas para a igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo, 2012.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Cadernos Marcha Mundial das Mulheres. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista, 2008.

MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES. Una década de lucha internacional feminista. Ed. SOF Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 2008.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, Marli et al. *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

TORNQUIST, Carmen Susana; FLEISCHER, Soraya Resende. Sobre a marcha mundial das mulheres: entrevista com Nalu Faria. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 1, Apr. 2012.